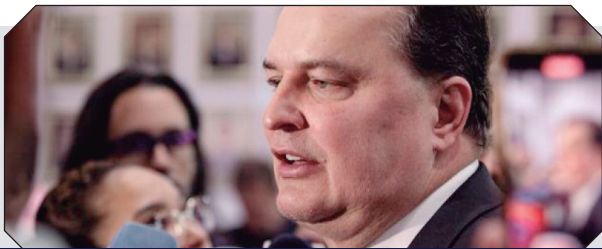


ENTREVISTA DA SEMANA

MAX RUSSI - DEPUTADO ESTADUAL

“CPI DA SAÚDE NÃO PODE ACABAR EM PIZZA”, PROMETE PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



PÁGINA 03

ARTIGO
Mato Grosso no topo das recuperações judiciais: alerta vermelho para o crédito no agro

MAIS NA PÁGINA 2



Fernando Fernandes: proprietário da Log Lab que também é acusado de depositar quase R\$ 200 mil reais na conta da mulher do ex-secretário da Limpurb

SUPERFATURAMENTO

Log Lab é declarada inidônea e investigada por possível desvio de R\$ 13 milhões

Sanção administrativa envolve irregularidades em licitação

A empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda – EPP foi alvo de sanções administrativas no Estado de Goiás e também aparece em investigações da Polícia Federal (PF) que apuram suspeitas de irregularidades em contratos públicos em Cuiabá (MT). De acordo com a Controladoria-Geral do Estado de Goiás

(CGE), a empresa foi declarada inidônea após a conclusão de um Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedor (PAF). A decisão impede a Log Lab de participar de licitações e firmar contratos com o poder público por um período de três anos, em todas as esferas, federal, estadual e municipal. Pág. 4

82% DE APROVAÇÃO

Levantamento indica maior aprovação na gestão de Mauro Mendes em MT

Levantamento aponta reconhecimento popular enquanto governo amplia investimentos

PÁGINA 07

ELEIÇÃO 2026

Irajá Lacerda ganha força na Baixada Cuiabana e desponta como favorito à Câmara Federal

O crescimento da pré-candidatura reflete articulação política e atenção a pautas sensíveis da população



PÁGINA 08

ÊFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

Sob comando do conselheiro Sérgio Ricardo, TCE-MT se torna referência nacional em fiscalização e gestão

O tribunal amplia atuação em obras, contratos e políticas públicas, garantindo mais transparência e benefícios à população

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) vive um dos momentos mais expressivos de sua história institucional. Sob a presidência do conselheiro Sérgio Ricardo, a Corte de Contas tem ampliado sua atuação e conquistado reconhecimento nacional, consolidando-se como modelo de eficiência, fiscalização e contribuição direta para políticas públicas. Pág. 5



EM BUSCA DA SOLUÇÃO

Júlio Campos propõe “vaquinha política” para garantir compra da Santa Casa

Deputado visa evitar aumento de recursos estaduais

A situação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá segue mobilizando lideranças políticas e reacendendo o debate sobre a melhor saída para evitar o fechamento definitivo da unidade. Após o Governo de Mato Grosso formalizar ao Tribunal Regional

do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT) uma nova proposta de R\$ 30 milhões pela aquisição do prédio, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) criticou a ampliação do valor e apresentou uma alternativa envolvendo a própria Casa de Leis. Pág. 4

SÃO MAIS DE

30.000 MIL EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.



ARTIGO

Mato Grosso no topo das recuperações judiciais: alerta vermelho para o crédito no agro

O crescimento exponencial dos pedidos de recuperação judicial no agronegócio brasileiro tem sido frequentemente tratado como sinal de amadurecimento institucional. A narrativa é sedutora e, como toda boa narrativa, perigosa. Porque, por trás do discurso de “profissionalização”, há um dado incômodo: o sistema está sendo tensionado além do razoável.

Em 2025, o Brasil registrou 1.990 pedidos de recuperação judicial no setor. Mato Grosso lidera o ranking, com 332 requerimentos, seguido por Goiás (296), Paraná (248) e Mato Grosso do Sul (216). Em 2024, já haviam sido 1.272 solicitações. A curva não é de estabilização; é de escalada.

Convém, portanto, abandonar o romantismo. Recuperação judicial não é termômetro

de virtude empresarial. E, antes, um mecanismo de exceção — concebido para momentos extraordinários, que vem sendo paulatinamente normalizado. E quando o excepcional vira rotina, o sistema deixa de funcionar como remédio e passa a operar como dependência.

A ideia de que o aumento das recuperações reflete maior consciência jurídica ou acesso a instrumentos legais merece, no mínimo, uma ressalva. Também pode refletir, e com frequência reflete, um ambiente de incentivo distorcido, no qual a reestruturação judicial se converte em estratégia ordinária de gestão de passivos. Em termos menos elegantes: o risco passa a ser socializado, enquanto o custo é transferido, silenciosamente, ao



mercado de crédito. E o mercado reage. Como sempre reage. Mais recupera-

ções judiciais significam maior percepção de risco sistêmico. Maior

risco implica crédito mais caro, mais escasso e mais seletivo. O efeito, embora difuso, é inescapável: o bom pagador subsidia o mau; o prudente paga a conta do imprudente; e o custo do capital sobe para todos, inclusive para quem jamais cogitou recorrer ao Judiciário.

Mato Grosso, líder absoluto do agro nacional, deveria acender o sinal de alerta. Não se trata de negar a importância da recuperação judicial enquanto instrumento legítimo, ela o é, e em muitos casos cumpre função relevante. Mas sua banalização corrói exatamente aquilo que pretende preservar: a confiança.

Sem confiança, não há crédito. Sem crédito, não há expansão. E sem expansão, o discurso

de potência agrícola começa a soar mais como retórica do que como realidade.

É preciso, portanto, recolocar a recuperação judicial em seu devido lugar: um mecanismo de última ratio, e não uma etapa previsível do ciclo produtivo. Caso contrário, estaremos institucionalizando uma espécie de “planejamento financeiro por insolvência”, uma jabuticaba jurídica que, como tantas outras, pode até parecer engenhosa, mas cobra seu preço.

E o preço, neste caso, já começou a chegar.

Felipe Iglesias é advogado, especialista em Direito Empresarial e lidera o Iglesias Advogados, com atuação destacada em crédito e reestruturação no agronegócio.

EDITORIAL

Informação e prevenção salvam vidas

Março Lilás é um mês dedicado à conscientização sobre o câncer do colo do útero, uma doença que ainda atinge milhares de mulheres todos os anos no Brasil, apesar de ser amplamente prevenível. Falar sobre o tema é, falar sobre acesso à informação, políticas públicas eficientes e cuidado contínuo com a saúde feminina.

O câncer do colo do útero é causado, na maioria dos casos, pela infecção persistente pelo HPV (Papilomavírus Humano).

A boa notícia é que existem duas ferramentas poderosas para combatê-lo: a vacinação e o exame preventivo (Papanicolau). A vacina contra o HPV, disponível gratuitamente no SUS para crianças e adolescentes, representa um avanço histórico na redução dos casos futuros da doença. Já o exame preventivo permite identificar alterações antes que se transformem em câncer, possibilitando tratamento precoce e maiores chances de cura.

Mesmo assim, os desafios persistem. A desi-

gualdade no acesso aos serviços de saúde, a desinformação e o preconceito ainda afastam muitas mulheres do diagnóstico precoce. Em regiões mais vulneráveis, a cobertura do exame preventivo segue abaixo do ideal. É preciso ampliar campanhas educativas, fortalecer a atenção básica e garantir que a prevenção chegue a todas, especialmente às que mais precisam.

O Março Lilás também é um chamado à responsabilidade coletiva. Governos devem assegurar investimento contínuo

em vacinação e rastreamento. Profissionais de saúde precisam reforçar a orientação e o acolhimento. E a sociedade deve romper tabus que ainda cercam a saúde íntima feminina.

Prevenir o câncer do colo do útero é possível. Informar, vacinar e realizar exames periódicos são atitudes simples que salvam vidas. Que o Março Lilás não seja apenas uma campanha pontual, mas um compromisso permanente com a saúde, a dignidade e o futuro das mulheres.



MARÇO LILÁS

Mês de conscientização e combate ao câncer de colo do útero

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE
Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26
ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL.

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N.º 105, EDIFÍCIO ELDERADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOSCENTRO OESTE
Popular 26
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

MAX RUSSI - DEPUTADO ESTADUAL

LUCAS LEITE

“CPI da Saúde não pode acabar em pizza”, promete presidente da Assembleia Legislativa

MAYKE TOSCANO SECOM



O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado estadual Max Russi, concedeu entrevista abordando os principais desafios e movimentações políticas do Estado. Entre os temas tratados, Russi comentou sobre a possível migração de deputados federais do União Brasil para o Podemos, a formação de chapas eleitorais e estratégias partidárias envolvendo secretários e parlamentares. O parlamentar também se posicionou sobre a situação de obras e licitações de hospitais regionais, incluindo o Hospital Júlio Miller, e sobre a atuação da CPI da Saúde, destacando o papel da Assembleia como instrumento de fiscalização e controle das políticas públicas de Mato Grosso. A entrevista traz um panorama sobre articulações políticas, gestão de saúde e as expectativas da Casa Legislativa diante de questões estratégicas para o Estado.

COPopular - Presidente, o senhor foi procurado ou informado sobre articulações nos bastidores para que a chapa de deputados federais do União Brasil migre para o Podemos? Como ele avalia essa movimentação?

Max Russi - Não, não houve nenhum encaminhamento nesse sentido. Acho que isso é mais especulação. É claro que existem alguns convites. A nossa presidente nacional fez um convite à Gisela no dia do evento e, ao que parece, esse convite está sendo reforçado em Brasília. Também houve um convite ao Fábio Garcia, mas não houve nenhuma sinalização.

Eu, particularmente, ainda não tive uma conversa direta com a Gisela, mas pretendo ter, seguindo a orientação da nossa presidente nacional, Renata. No entanto, não há nenhum encaminhamento concreto. Acredito que seja mais especulação mesmo.

A chapa federal do União Brasil, com o PP, está bem estruturada. É uma chapa competitiva, forte, e com potencial para eleger deputados federais.

COPopular - Considerando que o secretário Rovelli, por ser militar, terá prazo maior para filiação e poderá avaliar melhor as chapas, o Podemos já iniciou conversas com ele e qual é a expectativa do partido em relação a uma possível filiação, diante da montagem ainda em andamento da chapa federal?

Max Russi - Não, o Rovelli tem uma vantagem. Por ser militar, ele poderá se filiar apenas em julho. Diferentemente dos demais candidatos, isso acaba sendo um ponto a favor dele.

Ele terá condições de analisar todas as chapas. Após o dia 4 de abril, encerram-se as filiações, com exceção dos militares. Portanto, ele poderá fazer essa avaliação com

mais tempo.

É um bom quadro, um secretário atuante. E, caso opte por se filiar ao Podemos, temos muito interesse em contar com ele.

Como ainda estamos montando a nossa chapa, atualmente temos cinco nomes e faltam mais quatro para completá-la. O Podemos está de portas abertas para receber deputados federais com mandato e também aqueles que desejam disputar, mesmo sem mandato.

Temos algumas possibilidades e estamos trabalhando alguns nomes, mas nada definido até o momento. O prazo vai até o dia 4, e acreditamos que, até lá, teremos uma chapa bastante competitiva.

COPopular - Diante das conversas com diferentes partidos e da possível filiação ao Avante, como o senhor avalia a estratégia de Galvão e qual impacto essa decisão pode ter na formação de chapas e no cenário eleitoral no Estado?

versas. Na minha avaliação, o caminho que ele está adotando é o correto. Ele também dialogou com o Podemos e com o PRD, mas ele próprio pode detalhar melhor essa situação.

O Avante é um partido que ainda está em processo de construção no Estado. No momento, não possui candidaturas definidas para deputado estadual ou federal. Há a possibilidade de uma candidatura ao Senado, caso ele realmente se filie à sigla.

A l é m disso, ele deve levar consigo alguns nomes para disputar vagas de deputado federal e também para deputado estadual.

COPopular - Presidente, após a repercussão do vídeo do deputado Moreto participou de um evento com o governador Mauro Mendes



Max Russi - Acho que o Galvão deve se filiar ao Avante, embora eu não tenha certeza. Tivemos algumas tratativas e con-

que teria comemorado o resultado de uma licitação envolvendo sua própria empresa, como o senhor avalia essa situação

e quais implicações ela pode ter?

Max Russi - Não, deputado não pode ter empresa. Isso vale não apenas para o deputado Moreto, mas para qualquer parlamentar. Acredito que ele tenha comemorado a obra do hospital.

A licitação do hospital ainda não aconteceu, mas vai acontecer. Ele trabalhou bastante para que essa obra fosse definida e para que Ponte Lacerda recebesse um hospital regional. Parte do recurso foi aportada pelo governo, e o terreno foi adquirido por meio de uma emenda pessoal dele.

Eu não estive presente no evento, mas pelo que acompanhei nas redes sociais, parece que o governador deu a ordem de serviço. Pelo que entendi, ele não estava no evento, mas pediu que algumas licitações fossem realizadas.

São obras importantes para as regiões, e acredito que o deputado tenha comemorado essas conquistas. Quanto à questão de ter empresa, ele não pode. Se houver alguma empresa em nome dele prestando serviço, certamente não estaria correto, e a situação será acompanhada pelos órgãos de controle, como o Ministério Público. Nenhum deputado, nem ele nem parentes, pode prestar serviços ao Estado ou aos municípios.

COPopular - Qual é a situação atual do Hospital Júlio Miller? O prazo que havia sido estabelecido para debater o tema já foi cumprido e o destino da unidade foi definido?

Max Russi - Não, ainda não foi resolvido. Vou cobrar o deputado Wilson Santos, que ficou responsável por esse encaminhamento. Ele apre-

sentou o projeto, recolheu as assinaturas dos demais deputados e era dele a função de dar seguimento.

O prazo já venceu, e foi bom você lembrar. Vou aproveitar para cobrá-lo e buscar uma solução para esse problema.

Como eu disse, ainda temos tempo, pois a obra só será concluída no próximo ano. Mas, mesmo assim, quanto antes for resolvido, melhor, traz mais tranquilidade para todos, principalmente para os profissionais envolvidos.

COPopular - Como presidente da Assembleia, como o senhor acompanha e responde às críticas do governo do Estado, que alega cunho político na CPI da Saúde, considerando que a comissão é composta por membros da base, independentes, oposição e também governistas?

Max Russi - Eu não vejo isso como uma provocação. Toda CPI é composta por parlamentares que fazem política, então, de certa forma, toda CPI tem cunho político.

Agora, enquanto instituição e mecanismo de controle, a CPI tem uma responsabilidade clara. Ela não pode acabar em pizza; precisa investigar de forma séria e prestar contas à imprensa e à população de Mato Grosso, que acompanha os trabalhos e os resultados da comissão, no caso, da CPI da Saúde.

Acredito muito nos parlamentares que fazem parte dessa CPI. Vou acompanhar de perto os trabalhos, sem participar diretamente, porque o presidente não tem esse poder, para garantir que tudo ocorra corretamente.

O objetivo é que os trabalhos avancem, sem crucificar ninguém de forma antecipada, mas conduzindo uma investigação imparcial, que possa, ao mesmo tempo, melhorar a saúde do Estado de Mato Grosso e esclarecer dúvidas da população sobre a saúde pública no estado.

“Entre rumores políticos e decisões sobre hospitais, Assembleia reforça papel de controle e fiscalização no Estado”

SUPERFATURAMENTO | REDAÇÃO

Log Lab é declarada inidônea e investigada por possível desvio de R\$ 13 milhões

Sanção administrativa envolve irregularidades em licitação



Fernando Fernandes: proprietário da Log Lab que também é acusado de depositar quase R\$ 200 mil reais na conta da mulher do ex-secretário da Limpurb



ção no processo licitatório, incluindo uso de propostas simuladas e sobrepreço em contratos. Ainda conforme o órgão, a licitação ocorreu por pregão presencial, com apenas três participantes, e envolveu empresas com vínculos entre si, como proprietários que eram parentes, o que teria contribuído para o superfaturamento e prejuízo ao erário.

O valor a ser devolvido poderá ser abatido de pagamentos ainda pendentes ou ressarcido diretamente pela empresa. A decisão ainda cabe recurso.

A CGE destacou que o PAF, instituído em 2012 e intensificado nos últimos anos, tem sido utilizado como ferramenta para punir empresas envolvidas em irregularidades em licitações e contratos públicos. Segundo o órgão, além de ações preventivas, medidas punitivas são necessárias quando há comprovação de irregularidades.

Investigação da Polícia Federal

Paralelamente, a Log Lab também é investigada pela Polícia Federal no âmbito da Operação Iterum, que apura um suposto

esquema de desvio de recursos públicos destinados à saúde em Cuiabá. As informações foram divulgadas pelo site HiperNotícias.

Segundo o inquérito, foi identificada uma transferência de R\$ 176 mil feita pelo proprietário da empresa, Antônio Fernando Ribeiro, para a conta de Carine Luckmann, apontada como esposa do então secretário municipal Júnior Leite.

As investigações indicam que as movimentações ocorreram entre janeiro de 2018 e junho de 2020. No mesmo período, Carine teria adquirido um lote avaliado em R\$ 800 mil em um condomínio de alto padrão na capital mato-grossense.

A PF apura a atuação de um grupo suspeito de desviar cerca de R\$ 13 milhões em recursos federais destinados à saúde. Conforme as investigações, a Log Lab era contratada para desenvolvimento e manutenção de softwares, mas há indícios de que os serviços não eram efetivamente prestados.

O contrato com a empresa teria sido firmado em 2017, com duração inicial de um ano, mas foi prorrogado

por quatro vezes, permanecendo vigente até outubro de 2022. A investigação teve início após a identificação de movimentações financeiras consideradas atípicas entre a empresa e agentes públicos ou pessoas próximas a eles.

OUTRO LADO

Em nota, a Prefeitura de Cuiabá informou que, no período citado, o secretário mencionado não era servidor público nem prestador de serviços do município. Também afirmou que ele não firmou contratos com a empresa investigada durante sua atuação em cargos públicos.

A gestão municipal acrescentou que a empresa ligada a Carine Luckmann é privada e presta serviços para diversas outras companhias. Segundo a manifestação, o pagamento mencionado faria parte de uma relação comercial regular entre empresas privadas, com emissão de notas fiscais.

O Jornal COPopular tentou entrar em contato com o secretário citado, mas não obteve resposta. O espaço segue aberto para futuras manifestações.

A empresa Log Lab Inteligência Digital Ltda - EPP foi alvo de sanções administrativas no Estado de Goiás e também aparece em investigações da Polícia Federal (PF) que apuram suspeitas de irregularidades em contratos públicos em Cuiabá (MT).

De acordo com a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE), a empresa foi

declarada inidônea após a conclusão de um Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedor (PAF). A decisão impede a Log Lab de participar de licitações e firmar contratos com o poder público por um período de três anos, em todas as esferas, federal, estadual e municipal.

Além disso, a companhia foi conde-

nada a ressarcir R\$ 1.650.357,09 aos cofres estaduais. Segundo a CGE, a empresa foi contratada em 2018 pela então Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan) e investigada por irregularidades em contratos de prestação de serviços de tecnologia da informação.

As apurações apontaram manipula-

EM BUSCA DA SOLUÇÃO

ANA CAROLINA GUERRA

Júlio Campos propõe “vaquinha política” para garantir compra da Santa Casa

Deputado visa evitar aumento de recursos estaduais

A situação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá segue mobilizando lideranças políticas e reacendendo o debate sobre a melhor saída para evitar o fechamento definitivo da unidade. Após o Governo de Mato Grosso formalizar ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT) uma nova proposta de R\$ 30 milhões pela aquisição do prédio, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) criticou a ampliação do valor e apresentou uma alternativa envolvendo a própria Casa de Leis



do estado.

Na avaliação do parlamentar, não há necessidade de o Executivo elevar a proposta inicial de R\$ 25 milhões. Ele defende que deputados com base

eleitoral em Cuiabá contribuam com emendas parlamentares para completar os R\$ 5 milhões adicionais. Segundo Campos, ele próprio já reservou R\$ 1 milhão no orçamento

da Saúde de 2026 para essa finalidade.

O deputado afirmou ainda que pretende buscar diálogo com o secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, e com o governo para discutir a viabilidade da proposta. Ele acredita que o Parlamento pode atuar como parceiro direto na solução do impasse e demonstrou confiança no apoio institucional, inclusive do presidente da Assembleia, Max Russi.

A proposta do governo foi ampliada após solicitação da comissão de credores da Santa Casa, que vê

no novo valor uma forma de facilitar a quitação das dívidas trabalhistas acumuladas pela instituição. Como contrapartida, a Secretaria de Estado de Saúde apresentou um plano de reativação da unidade, com foco na ampliação de serviços como oncologia, nefrologia, cuidados paliativos e atendimento domiciliar, além da implantação de uma central de diagnósticos.

O projeto prevê a oferta de 196 leitos e a retomada gradual dos atendimentos a partir de 2026, caso a compra seja concretizada. No entanto, o impasse

financeiro ainda é um dos principais entraves para o avanço da negociação.

Com o prédio avaliado originalmente em R\$ 78,2 milhões e sucessivas tentativas de venda sem interessados, a Santa Casa permanece em uma situação delicada, com risco real de encerramento das atividades. Diante desse cenário, a divergência entre Executivo e Legislativo evidencia diferentes caminhos para viabilizar a aquisição do hospital, considerado estratégico para a rede pública de saúde em Cuiabá.

ÊFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

MAYKOM MILLAS

Sob comando do conselheiro Sérgio Ricardo, TCE-MT se torna referência nacional em fiscalização e gestão pública

O tribunal amplia atuação em obras, contratos e políticas públicas, garantindo mais transparência e benefícios à população

VICTOR OSTETTI

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) vive um dos momentos mais expressivos de sua história institucional. Sob a presidência do conselheiro Sérgio Ricardo, a Corte de Contas tem ampliado sua atuação e conquistado reconhecimento nacional, consolidando-se como modelo de eficiência, fiscalização e contribuição direta para políticas públicas.

A atual gestão tem se destacado por ir além do papel tradicional de fiscalização, atuando de forma estratégica na melhoria da administração pública. Com iniciativas inovadoras, o TCE-MT passou a ser visto como indutor de políticas públicas, ajudando governos a corrigir falhas, economizar recursos e melhorar serviços essenciais à população.

Um dos pilares da gestão de Sérgio Ricardo é o fortalecimento da fiscalização. O Tribunal intensificou o acompanhamento de obras e contratos públicos, adotando modelos de moni-



Um dos pilares da gestão de Sérgio Ricardo é o fortalecimento da fiscalização

toramento contínuo que já apresentam resultados práticos.

Exemplo disso foi a atuação direta do TCE-MT em obras estruturantes, como o BRT em Cuiabá, onde a fiscalização permanente contribuiu para acelerar o andamento dos trabalhos após anos de paralisação.

Além disso, o órgão também ganhou protagonismo ao investigar possíveis irregularidades em contratos de crê-

ditado consignado, revelando cifras milionárias e propondo medidas para proteger servidores públicos.

Outro avanço importante é a criação de mecanismos de transparência inéditos. Entre eles, a certificação da transparência de emendas parlamentares municipais, que exige das prefeituras a divulgação clara e acessível da aplicação dos recursos públicos.

A iniciativa reforça o

controle social e garante maior rastreabilidade do dinheiro público, sendo considerada uma medida moderna e alinhada às exigências nacionais de governança.

Sob a atual gestão, o Tribunal também passou a atuar diretamente no acompanhamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Programas voltados à ampliação de vagas em creches e à educação in-

clusiva já apresentam avanços significativos, com redução de filas e maior planejamento dos investimentos.

Essa atuação integrada entre fiscalização e orientação técnica tem sido um dos fatores que colocam o TCE-MT como referência para outros tribunais do país.

O modelo adotado pelo TCE-MT, baseado em planejamento estratégico, integração institucional e foco em

resultados, tem garantido reconhecimento nacional.

A própria gestão destaca que o Tribunal não apenas mantém essa posição de destaque, como amplia sua influência ao gerar benefícios concretos à população e orientar gestores públicos em todo o estado.

Além disso, parcerias com outros órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), reforçam o protagonismo da instituição no cenário nacional.

A reeleição de Sérgio Ricardo para a presidência do TCE-MT, de forma inédita e unânime, reforça a confiança interna no modelo de gestão implantado e garante continuidade às ações estratégicas.

Com uma atuação firme, técnica e cada vez mais próxima da sociedade, o TCE-MT consolida-se como um dos principais órgãos de controle do Brasil, elevando o padrão da fiscalização pública e se tornando exemplo para outras cortes de contas.

É assim que o NOSSO trabalho chega até VOCÊ.

GARANTIR O FIM DOS LIXÕES E O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está atuando junto aos municípios, fiscalizando recursos e buscando soluções para garantir o cumprimento do Marco Legal do Saneamento e levar mais qualidade de vida para todos.

Acese os canais e acompanhe o nosso trabalho.

Facebook, Twitter, Instagram, YouTube icons followed by **TCEMatoGrosso**

tce mt

INFESTAÇÃO ELEVADA

ANA CAROLINA GUERRA

Mato Grosso volta ao mapa das mortes por arboviroses e preocupa autoridades

Levantamento aponta 70% dos bairros com índice elevado de infestação do mosquito transmissor



Com um início de ano marcado por indicadores elevados e histórico recente de surtos, Cuiabá enfrenta o desafio de conter a proliferação do mosquito e evitar uma nova escalada de casos.



Cuiabá inicia o ano de 2026 sob sinal vermelho para doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, como dengue, chikungunya e zika. Dados do 1º Levantamento Rápido de Índices para o *Aedes aegypti* (LIRAA) indicam que o município permanece em situação de alto risco para a disseminação dessas arboviroses, acendendo um alerta para autoridades de saúde e para a população. O estudo foi realizado entre os dias 26 e 30 de janeiro e vistoriou 11.271 imóveis distribuídos em 27 estratos, oferecendo um panorama detalhado da infestação na capital mato-grossense.

O Índice de Infestação Predial (IIP) geral registrado foi de 5,5, patamar considerado elevado pelos parâmetros do Ministério da Saúde. Na prática, isso significa que mais de 5% dos imóveis visitados apresentaram focos do mosquito, um nível que indica risco significativo de trans-

missão das doenças. O levantamento revela ainda que sete em cada dez regiões analisadas estão classificadas com índice alto de infestação, e nenhum bairro foi enquadrado como de baixo risco. Os percentuais variaram entre 2,2 e 15,6, evidenciando não apenas a gravidade do cenário, mas também a distribuição desigual dos focos, ainda que o problema esteja disseminado por toda a cidade.

O cenário mais crítico foi identificado no Estrato 20, que engloba localidades como Distrito da Guia e Sucuri, onde o índice atingiu 15,6 — quase o triplo da média geral do município. Em seguida, aparecem áreas do Estrato 26, na região Norte, com IIP de 9,2, abrangendo bairros como Nova Canaã (em suas diferentes etapas), Residencial Paraná e Três Barras. Já o Estrato 21, também localizado na região Norte, apresentou índice de 9,0, incluindo bairros como Residencial Bos-

que dos Ipês, Paiaguás, Jardim Itapuã e Centro Político Administrativo. Esses dados demonstram que, embora haja regiões mais críticas, a infestação está longe de ser um problema localizado.

A análise detalhada dos criadouros reforça que o problema é, em grande parte, resultado de práticas cotidianas que ainda persistem. Cerca de 40,5% dos focos foram encontrados em depósitos de água ao nível do solo, como caixas d'água destampadas, barris e outros recipientes utilizados para armazenamento. O descarte irregular de resíduos, incluindo garrafas, latas e recipientes plásticos, responde por 23,1% dos criadouros identificados. Já vasos de plantas, pratos e recipientes móveis somam 22,1%, enquanto pneus representam 8,5%. Calhas e tanques correspondem a 5,4%, e depósitos naturais, como ocas de árvores, representam apenas 0,4%.

Os números indicam que a maior parte dos criadouros está dentro ou no entorno das residências, em situações que poderiam ser evitadas com medidas simples de manutenção. Especialistas destacam que esse padrão revela um desafio recorrente: a necessidade de engajamento contínuo da população nas ações de prevenção. Embora campanhas educativas sejam reali-

zadas com frequência, a reincidência de práticas inadequadas mantém o ciclo de proliferação do mosquito.

O alerta em Cuiabá ocorre em um momento de preocupação ampliada em todo o estado de Mato Grosso. Em 2026, foi registrada a primeira morte por chikungunya no Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde. O óbito ocorreu no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, localizado a cerca de 552 quilômetros da capital, e foi atribuído a complicações decorrentes da doença. Além disso, um outro caso suspeito segue em investigação na cidade de Sinop, reforçando a necessidade de vigilância constante.

Entre 1º de janeiro e 19 de fevereiro deste ano, Mato Grosso notificou 321 casos de chi-

kungunya. Embora o número seja inferior ao registrado no mesmo período de 2025, quando o estado enfrentou um surto expressivo, o histórico recente impede qualquer relaxamento nas medidas de controle. No início do ano passado, foram mais de 17 mil casos prováveis e 26 mortes confirmadas em poucas semanas. Ao longo de todo o ano de 2025, o estado acumulou 50,2 mil casos prováveis e 68 óbitos, números que colocaram Mato Grosso entre as unidades da federação mais afetadas pela doença.

No caso da dengue, o cenário também exige atenção. Em 2026, já foram registradas mais de 2 mil notificações no estado, com uma morte confirmada. Apesar de os números estarem abaixo dos observados no início de 2025 — quando Mato Grosso ultrapassava 35 mil casos e 23 mortes —, a experiência recente demonstra a rapidez com que a situação pode se agravar. No fechamento do ano passado, foram contabilizados 35.990 casos prováveis de dengue e 24 óbitos confirmados, evidenciando a força da doença no território estadual.

De acordo com especialistas em saúde pública, o LIRAA funciona como um importante instrumento de antecipação de cenários epidemiológicos. O índice mede a presença de focos do mosquito em imóveis e permite projetar o risco de aumento de casos nas semanas seguintes. Quanto maior o número de locais com infestação, maior a probabilidade de crescimento na transmissão, especialmente em períodos

marcados por altas temperaturas e chuvas frequentes, condições ideais para a reprodução do mosquito.

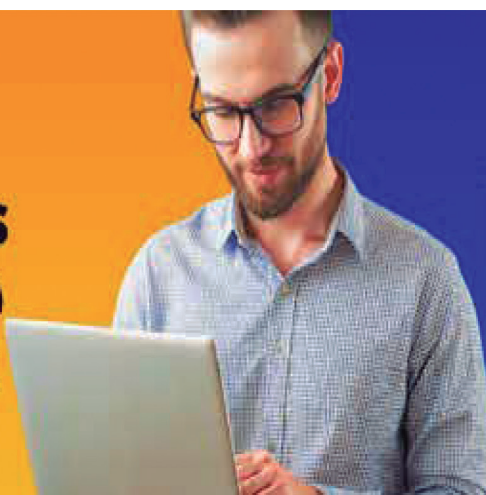
Diante desse contexto, as autoridades têm intensificado ações de controle, incluindo visitas domiciliares, campanhas educativas e aplicação de larvicidas. Uma das estratégias adotadas é o uso do BTI (*Bacillus thuringiensis israelensis*), um larvicida biológico aplicado em depósitos de água que não podem ser eliminados. No entanto, técnicos reforçam que nenhuma medida institucional é suficiente sem a participação ativa da população.

A eliminação de água parada continua sendo a forma mais eficaz de combate ao *Aedes aegypti*. Medidas simples, como manter caixas d'água bem vedadas, limpar calhas regularmente, descartar corretamente o lixo e evitar o acúmulo de recipientes que possam armazenar água, são fundamentais para reduzir os índices de infestação. Em um cenário em que a maioria dos criadouros está dentro das próprias residências, a responsabilidade individual se torna peça-chave na contenção do avanço das arboviroses.

Com um início de ano marcado por indicadores elevados e histórico recente de surtos, Cuiabá enfrenta o desafio de conter a proliferação do mosquito e evitar uma nova escalada de casos. O cenário exige vigilância constante, integração entre poder público e sociedade e, sobretudo, a adoção de medidas preventivas contínuas para reduzir os riscos à saúde da população.



UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS



CENTRO OESTE
Popular
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

82% DE APROVAÇÃO | ANA CAROLINA GUERRA

Levantamento indica maior aprovação na gestão de Mauro Mendes em MT

Levantamento aponta reconhecimento popular enquanto governo amplia investimentos

A administração do governador Mauro Mendes (União Brasil) mantém um elevado índice de aprovação popular e se consolida como uma das gestões estaduais mais bem avaliadas do país, impulsionada por um conjunto consistente de resultados e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso. De acordo com levantamento realizado pelo Paraná Pesquisa, cerca de 82% da população aprovam a condução do governo estadual, evidenciando uma percepção positiva sustentada por entregas concretas e pela ampliação de investimentos em áreas consideradas estratégicas.

A pesquisa foi realizada com 1.502 moradores distribuídos em 61 municípios mato-grossenses, com margem de erro de aproximadamente 2,6 pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Os dados apontam ainda que 13,9% dos entrevistados desaprovam a gestão, enquanto 4,1% não souberam ou preferiram não opinar. O resultado confirma um cenário de estabilidade na avaliação do governo ao longo do último ano, mantendo a administração em um patamar elevado de aprovação e indicando a continuidade da confiança da população nas ações implementadas.

Na avaliação do próprio governador, o desempenho positivo está diretamente relacionado à execução de um plane-



Levantamento diz que cerca de 82% da população aprovam a condução do governo

jamento estruturado e à aplicação criteriosa dos recursos públicos. A gestão tem priorizado investimentos que ampliem a presença do Estado em diferentes regiões, especialmente no interior, com foco na melhoria da qualidade de vida da população e na redução de desigualdades regionais. A estratégia também busca fortalecer a capacidade de resposta do poder público diante de demandas históricas, especialmente em setores essenciais.

Um dos principais pilares que sustentam o desempenho da administração é o equilíbrio das contas públicas. Mato Grosso completou seis anos consecutivos com nota máxima na capacidade de pagamento junto à Secretaria do Tesouro Nacional, classificação

que indica baixo nível de endividamento, boa liquidez e elevado grau de credibilidade fiscal. Esse desempenho posiciona o Estado entre os mais organizados financeiramente do Brasil, criando um ambiente favorável à atração de investimentos e à expansão de políticas públicas.

A solidez fiscal alcançada nos últimos anos permitiu ao governo ampliar significativamente o volume de investimentos. Em 2025, foram aplicados mais de R\$ 6,1 bilhões em obras e ações, o equivalente a 16,40% da Receita Corrente Líquida. Os recursos foram destinados principalmente a setores como infraestrutura, saúde, educação e logística, áreas consideradas fundamentais para sustentar o crescimento econômico e melhorar os

serviços oferecidos à população.

No setor da saúde, os investimentos ultrapassaram R\$ 4,6 bilhões, correspondendo a 16,54% da receita estadual, percentual superior ao mínimo constitucional exigido. Os recursos têm sido direcionados à ampliação da rede hospitalar, modernização de unidades e melhoria na oferta de serviços, com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento e reduzir filas. Já na educação, os aportes superaram R\$ 7,2 bilhões, alcançando 25,92% da receita, também acima do mínimo estabelecido pela legislação. Os investimentos refletem a prioridade dada ao setor e têm contribuído para avanços em indicadores educacionais.

Entre as entregas

recentes da gestão, destaca-se a inauguração do Centro Logístico de Abastecimento e Distribuição, em Cuiabá. A estrutura foi projetada para centralizar a armazenagem de medicamentos, equipamentos e documentos públicos, promovendo maior eficiência administrativa. Com a nova unidade, o governo busca reduzir custos operacionais, otimizar processos e garantir maior agilidade na distribuição de insumos em todo o território estadual.

Paralelamente, o governo intensificou a execução de obras no interior do Estado, reforçando uma política de descentralização dos investimentos. Desde 2019, nove municípios da região Sudoeste receberam mais de R\$ 1,14 bilhão em recursos, aplicados em infraestrutura urbana, mobilidade, educação, saúde e apoio à produção rural. A iniciativa visa integrar regiões historicamente menos assistidas e estimular o desenvolvimento econômico local, fortalecendo cadeias produtivas e ampliando oportunidades.

Na área educacional, Mato Grosso tem apresentado avanços considerados expressivos. O percentual de escolas públicas com acesso à internet chegou a 98,3%, superando a média nacional e ampliando as condições de ensino e aprendizagem. O Estado também registrou melhora significativa no ranking de com-

petitividade, alcançando a 8ª posição no país. O avanço é atribuído a melhorias em indicadores como frequência escolar, desempenho acadêmico e gestão educacional, refletindo o impacto dos investimentos realizados.

No campo econômico, os resultados também são positivos. Em 2025, Mato Grosso registrou a criação de mais de 31 mil empregos formais, com saldo positivo em todos os setores da economia. O desempenho é associado a um ambiente favorável à atividade produtiva, impulsionado por investimentos em infraestrutura, políticas de incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento de cadeias estratégicas, especialmente no agronegócio e na indústria.

Analistas avaliam que a combinação entre responsabilidade fiscal e capacidade de execução tem sido determinante para o desempenho do governo estadual. A gestão de Mauro Mendes é frequentemente associada à entrega de resultados concretos e à organização administrativa, fatores que contribuem para a manutenção da confiança da população e para a continuidade de índices elevados de aprovação. O cenário indica que, ao menos no curto prazo, a administração deve seguir sustentada por uma base de apoio consolidada, ancorada em indicadores econômicos positivos e na percepção de eficiência na gestão pública.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Irajá Lacerda ganha força na Baixada Cuiabana e desponta como favorito à Câmara Federal

O crescimento da pré-candidatura reflete articulação política e atenção a pautas sensíveis da população

O cenário político de Mato Grosso para as eleições de 2026 começa a ganhar contornos mais definidos, e um dos nomes que mais cresce nos bastidores é o de Irajá Lacerda. Com forte articulação na Baixada Cuiabana, o pré-candidato vem consolidando apoios importantes e já é apontado como um dos favoritos a conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados.

A região, considerada estratégica por concentrar grande parte do eleitorado do estado, tem sido o principal reduto de expansão política de Irajá. Lideranças comunitárias, vereadores e representantes de diversos segmentos têm declarado apoio ao projeto, fortalecendo sua pré-campanha e ampliando sua capilaridade eleitoral.

Nos últimos meses, Irajá Lacerda intensificou sua presença em municípios da Baixada Cuiabana, partici-



A região, considerada estratégica por concentrar grande parte do eleitorado do estado, tem sido o principal reduto de expansão política de Irajá

pando de encontros, reuniões e eventos que reforçam sua proximidade com a po-

pulação. O movimento tem surtido efeito direto nas projeções eleitorais, com analis-

tas políticas já incluindo seu nome entre os mais competitivos na disputa proporcional.

Além da presença regional, o pré-candidato também tem buscado ampliar alianças em outras regiões de Mato Grosso, criando uma base sólida que pode garantir uma votação expressiva em 2026.

Outro fator que tem impulsionado o crescimento de Irajá é o discurso focado em pautas sensíveis à população, como geração de emprego, infraestrutura e fortalecimento dos municípios. A estratégia tem aproximado o pré-candidato do eleitorado e ampliado sua aceitação em diferentes segmentos sociais.

Nos bastidores, interlocutores avaliam que Irajá consegue unir perfil técnico com habilidade política, o que o torna competitivo em um cenário cada vez mais disputado.

A força política construída na Baixada

Cuiabana pode ser determinante para o sucesso nas urnas. Historicamente, candidatos que conseguem ampla votação na região saem na frente na disputa por vagas na Câmara Federal.

Com uma base em expansão e alianças em consolidação, Irajá Lacerda entra no radar como um dos nomes mais promissores da nova geração política de Mato Grosso.

Embora o cenário ainda esteja em formação, a tendên-

cia é de que a disputa para deputado federal em Mato Grosso seja uma das mais acirradas dos últimos anos. Ainda assim, o avanço consistente de Irajá Lacerda indica que o pré-candidato pode não apenas competir, mas chegar forte para garantir uma das cadeiras em Brasília.

Se mantiver o ritmo de crescimento e articulação, Irajá deve se consolidar como um dos principais nomes eleitos pelo estado em 2026.



IPTU 2026

CUIABÁ SEGUE MELHORANDO E AINDA VAMOS FAZER MUITO MAIS

PAGUE À VISTA COM **10%** DE DESCONTO ATÉ 25/03

PARCELE EM ATÉ **10X** SEM JUROS PARCELAS FIXAS

ÔNIBUS GRÁTIS AOS DOMINGOS





EDUCAÇÃO



CARNÊ 100% DIGITAL

SAÚDE



INFRAESTRUTURA





CUIABÁ
PREFEITURA

PEÇA SUA GUIA: (65) 99206-3609

RETIRE PRESENCIALMENTE: RUA BARÃO DE MELGAÇO, 3184 - CENTRO NORTE